

País agora decreta a moratória no débito com bancos oficiais

BRASÍLIA — O Brasil anuncia hoje a suspensão do pagamento da amortização da dívida com o Clube de Paris que vence no segundo semestre. Hoje vence a primeira parcela e o país deve anunciar também — segundo informa uma fonte do Palácio do Planalto — que será suspenso o pagamento dos juros com “alguns governos”. A partir de hoje, segundo informa de Paris algumas fontes do Clube, o Brasil estará tecnicamente em moratória com os credores oficiais.

As parcelas das amortizações que venceram no primeiro semestre foram reescaladas pelo acordo fechado no começo do ano. Na época, os credores oficiais estabeleceram como condicionante para nova prorrogação um relatório favorável do Fundo Monetário Internacional sobre as perspectivas da economia brasileira. Ontem, uma fonte do Clube explicou que só depois de receber este relatório é que será possível nova reunião com o Brasil.

Se não houver até o dia 15 deste mês esta nova rodada de reunião, a situação deverá ficar ainda mais complicada. E isto porque ontem venceu a primeira parcela do segundo semestre, mas no dia 15 começa a ser cobrada a dívida reescalada do primeiro semestre. A primeira parcela é de US\$ 500 milhões.

A missão do Fundo Monetário *difficilmente conseguirá* concluir o relatório a tempo, segundo informou uma fonte do governo. Os funcionários do Fundo ampliaram seu prazo de permanência no país para conhecer o Plano de Controle Macroeconômico que ainda não está pronto.

O Ministro Bresser Pereira manteve ontem, depois do seu pronunciamento na Câmara dos Deputados, uma longa reunião com o assessor internacional, embaixador Rubens Barbosa. A única declaração sobre o assunto foi feita pelo porta-voz do Ministério da Fazenda, Francisco Baker, e nada esclareceu. Disse que o país ainda não tinha tomado uma decisão sobre a dívida com o Clube. No Palácio do Planalto outra fonte disse que a decisão deve ser anunciada hoje.

Em Paris, fontes bancárias tentaram minimizar o fato. Na visão dessas fontes, o fato de ter se esgotado o prazo do Brasil levará o país de volta à posição que tinha até 21 de janeiro, quando passou dois anos sem pagar os juros e o principal aos credores oficiais.